

SUMÁRIO

Capítulo I

SEJA UM ADVOGADO EXCELENTE	21
1. COMO SE COMPORTAR PARA VENCER EM AUDIÊNCIA.....	21
1.1. Investir na própria imagem	21
1.2. Organizar a agenda diária.....	24
1.3. Ser grato	25
1.4. Ter urbanidade	25
1.5. Focar no resultado excelente que obterá na audiência....	26
1.6. Instruir o cliente antes da audiência.....	27
1.7. Manter o controle emocional	27
1.8. Preparar-se para a audiência	28
1.9. Ter bom senso.....	29
1.10. Estar preparado	34

Capítulo II

JUIZ DAS GARANTIAS: O QUE O ADVOGADO PRECISA SABER SOBRE ELE.....	35
1. DESVENDANDO O INSTITUTO DO JUIZ DAS GARANTIAS	35
1.1. O que é o juiz das garantias?.....	35
1.2. Por que e para que foi criado o juiz das garantias?.....	36
1.3. Quando o juiz das garantias entrará em efetiva vigência?.....	39
1.4. Atribuições cabíveis ao juiz das garantias: artigo por artigo	41

2. COMO ATUAR EM AUDIÊNCIAS PERANTE O JUIZ DAS GARANTIAS	63
2.1. Audiência para oitiva do preso.....	63
2.2. Audiência para prorrogação de prisão ou medida cautel- lar.....	64
2.3. Audiência para decidir sobre produção de provas	65
2.4. Audiência para homologação de colaboração premiada	68
3. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: SITUANDO O ADVOGADO	73
3.1. Acordo de não persecução penal segundo a lei n. 13.964/19. Artigo por artigo.....	73
Quadro sinótico I	75
Quadro sinótico II.....	76
3.2. Atuação do advogado em audiência que envolve acordo de não persecução penal	92
3.2.1. Audiência perante o promotor de justiça.....	92
3.2.2. Audiência perante o juiz.....	94
3.2.3. Audiência perante o juízo das execuções penais...	94
3.3. Questões práticas interessantes do acordo de não perse- cução penal	95
3.3.1. Aplicação do ANPP aos crimes de estelionato..	101

Capítulo III

IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ADVOGADO NA INVES- TIGAÇÃO	105
1. ONDE A PERSECUÇÃO PENAL COMEÇA.....	105
1.1. Os vários tipos de investigação	105
1.2. Obrigatoriedade de comunicação da investigação ao ju- dicário.....	108
1.3. Peculiaridades da investigação contra agentes de segu- rança trazida pelo pacote anticrime	109
1.4. Técnicas de investigação introduzidas pelo pacote anti- crime: captação ambiental, agente policial disfarçado e infiltração de agente.....	111
2. INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA: A INVESTIGAÇÃO PRESI- DIDA PELO ADVOGADO	113

2.1.	O que vem a ser isso?.....	113
2.2.	O que justifica esse poder ao advogado?.....	114
2.3.	Como se faz uma investigação defensiva na prática?	114
2.4.	O delegado é obrigado a aceitar a investigação defensiva?.....	117
2.5.	Qual é o destino da investigação defensiva após sua conclusão?.....	117
3.	INQUÉRITO POLICIAL E A ATUAÇÃO DO ADVOGADO PERANTE O DELEGADO.....	121
3.1.	Nuances do inquérito policial	121
3.2.	Papel da autoridade policial durante o inquérito.....	125
3.3.	Como ser o super-herói do cliente durante o inquérito policial	130
3.4.	Arquivamento de inquérito: antes e depois da mudança trazida pelo pacote anticrime	132

Capítulo IV

	AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	137
1.	O QUE O ADVOGADO PRECISA SABER PARA ATUAR COM EXCELÊNCIA EM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....	137
1.1.	Conceito e base legal.....	142
	Quadro sinótico III	144
1.2.	Prisão em flagrante	145
1.3.	Prisão preventiva e alterações trazidas pela lei n. 13.964/19.....	151
1.3.1.	Tipos e requisitos para decretação.....	157
	Quadro sinótico IV	158
1.3.1.1.	Prisão preventiva substitutiva	158
1.3.1.2.	Prisão preventiva por conversão	159
1.3.1.3.	Prisão preventiva autônoma.....	161
1.3.2.	Requisitos do art. 312, CPP	166
	Quadro sinótico V.....	166
1.3.2.1.	Garantia da ordem pública.....	166
1.3.2.2.	Garantia da ordem econômica	169
1.3.2.3.	Conveniência da instrução criminal	170

1.3.2.4.	Garantia da aplicação da lei penal....	170
1.3.3.	Cláusula rebus sic stantibus e sua aplicação na prisão preventiva.....	171
1.4.	Prisão temporária.....	174
1.5.	Prisão domiciliar.....	178
1.6.	Prisão decorrente de condenação criminal transitada em julgado.....	179
1.7.	Medidas cautelares diversas da prisão.....	182
1.8.	Fiança.....	192
2.	ATUAÇÃO DO ADVOGADO EM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....	198
2.1.	Roteiro em 10 passos.....	198

Capítulo V

	AÇÃO PENAL: COMO FAZER AUDIÊNCIA DO RITO COMUM ORDINÁRIO.....	207
1.	CONCEITO E RITOS.....	207
	Quadro sinótico VI.....	210
2.	PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO.....	210
2.1.	Funcionamento antes da mudança trazida pela lei n. 13.964/19.....	210
	Quadro sinótico VII.....	211
2.2.	Funcionamento depois da mudança trazida pela lei n. 13.964/19.....	211
	Quadro sinótico VIII.....	212
2.3.	Adiamento da audiência.....	213
2.3.1.	Ausência do advogado.....	214
2.3.2.	Ausência do réu.....	215
3.	SEQUÊNCIA DE ATOS DURANTE A AUDIÊNCIA CRIMINAL E ATUAÇÃO DO ADVOGADO.....	219
3.1.	Oitiva da vítima.....	223
3.2.	Oitivas de testemunhas.....	224
3.3.	Esclarecimentos dos peritos.....	232
3.4.	Acareação.....	234
3.5.	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	235

3.6.	Interrogatório e confissão	237
3.7.	Fase de diligências.....	244
3.8.	Alegações finais	246
3.8.1.	Roteiro para fazer alegações finais.....	247
3.8.1.1.	Se o réu confessar o crime	248
3.8.1.2.	Se o réu não confessar o crime	248
3.8.2.	Nulidades que podem ser suscitadas nas alegações finais	250
3.8.2.1.	Inépcia da denúncia	250
3.8.2.2.	Ausência de citação válida.....	253
3.8.2.3.	Ausência de fundamentação da decisão que nega a absolvição sumária... ..	256
3.8.2.4.	Ausência de intimação da expedição de carta precatória	257
3.8.2.5.	Nulidade de provas obtidas ilegalmente	258
3.8.2.6.	Ausência de defesa preliminar.....	259
3.8.2.7.	Ausência de intimação do réu para constituição de novo advogado	259
3.8.2.8.	Ausência da intimação do réu para interrogatório.....	260
3.8.2.9.	Ausência da cadeia de custódia	260
3.8.2.10.	Impedimento do juiz das garantias para atuar como juiz instrutor	261
3.9.	Sentença.....	261

Capítulo VI

RITO SUMÁRIO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS EM RELAÇÃO AO RITO ORDINÁRIO	263
Quadro sinótico IX.....	264

Capítulo VII

PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO EM AUDIÊNCIA DO RITO COMUM SUMARÍSSIMO.....	265
1. RITO SUMARÍSSIMO	265

1.1.	Fase preliminar e composição	267
	Quadro sinótico X	268
1.2.	Ausência de composição	269
1.2.1.	Crimes de ação penal privada	269
1.2.2.	Crimes de ação pública condicionada.....	270
	Quadro sinótico XI.....	270
1.2.3.	Crimes de ação pública incondicionada	272
	Quadro sinótico XII	272
	Quadro sinótico XIII.....	273
2.	SURDIS PROCESSUAL	274
3.	RECURSOS CABÍVEIS	274

Capítulo VIII

	ATUAÇÃO DO ADVOGADO EM AUDIÊNCIAS DO RITO ESPECIAL	277
1.	EXERCÍCIO DA ADVOCACIA EM CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	277
2.	ATUAÇÃO DO ADVOGADO EM CRIMES CONTRA HONRA DO RITO ESPECIAL	294
2.1.	Ação penal pública.....	295
2.2.	Ação penal privada	296
	Quadro sinótico XIV	298
2.3.	Pedido de explicações.....	299
3.	RITO ESPECIAL: CRIMES DE TÓXICOS	303
	Quadro sinótico XV	304
4.	DESMISTIFICANDO O TRIBUNAL DO JÚRI	317
4.1.	Primeira fase: entenda como funciona.....	318
	Quadro sinótico XVI.....	319
4.1.1.	Pronúncia	319
4.1.2.	Impronúncia	322
4.1.3.	Absolvição sumária (art. 415, CPP).....	323
	Quadro sinótico XVII	325
	Quadro sinótico XVIII.....	327
	Quadro sinótico XIX.....	329

4.1.4.	Desclassificação própria.....	329
4.2.	Segunda fase: plenário na prática.....	330
4.2.1.	Alteração trazida pelo Pacote Anticrime à questão da prisão no júri.....	334
4.2.2.	Desaforamento na prática.....	337
4.3.	Roteiro manifestação do advogado em plenário	338
 <i>Capítulo IX</i>		
COMO APLICAR A PRESCRIÇÃO NA PRÁTICA PARA EXTINGUIR A PUNIBILIDADE DO SEU CLIENTE.....		343
I)	prescrição da pretensão punitiva (PPP)	344
II)	prescrição da pretensão punitiva retroativa (PPPR).....	346
III)	prescrição da pretensão executória (PPE).....	349
ANEXOS – MODELOS.....		353
	Modelo de alegações finais – audiência criminal (genérico).....	353
	Modelo de manifestação defensiva na audiência de custódia – mandado de prisão	355
	Modelo de manifestação defensiva na audiência de custódia – redução ou dispensa de fiança	356
	Modelo de manifestação defensiva na audiência de custódia	359
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		363
DECISÕES DOS TRIBUNAIS PESQUISADAS		365